

O europeísmo português e a balança mundial dos poderes

MARCOS DO NOSSO EUROPEÍSMO, apetece invocar: Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa*, editada em Londres, no ano de 1830, onde, em nome da esperança, se procurava pensar enraizadamente do que tem sido Portugal e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado:

Mas outros portugueses da época foram também pensando a Europa. Solano Constâncio, em 1815, fala-nos do equilíbrio sonhado da Europa, de uma espécie de código comum, o qual, apesar de muitas infracções parciais, formava o direito das gentes em toda a Europa até à época da repartição da Polónia e da revolução da França.

O major José Máximo Pinto de Fonseca Rangil, que, entre Maio e Junho de 1823, foi ministro da Guerra, editou, logo em 1821, um sugestivo *Projecto de Guerra Contra as Guerras, ou da Paz Permanente Offerecido aos Chefes das Nações Europeias*, onde propunha que as principais potências europeias, reunidas em congresso, celebrassem um pacto imperial, onde não só renunciariam à guerra, como também se comprometeriam na resolução pacífica dos conflitos, ao mesmo tempo que se instituíam um Conselho Supremo ou Supremo Tribunal de Justiça, onde cada potência confederada estaria representada por dois deputados. As potências confederadas poderiam fazer a guerra defensiva ou ofensiva contra potências estranhas. Previa-se a existência de uma força militar permanente. E, duas décadas depois de Garrett, Vicente Ferrer de Neto Paiva (1798-1886), na sua *Philosophia do Direito*, de 1857, apelava à federação de nações, herdeira dos Amphictyões da antiga Grécia e dos adeptos da Dieta germânica. Bernardino Pinheiro, com o seu *Ensaio sobre a Organização da Sociedade Universal*, de 1859-1860, defenderia expressamente uns Estados Unidos da Europa, e António Ennes (1848-1901) em *A Guerra e Democracia*, de 1870, apelava, de novo, a uns Estados-Unidos da Europa.

Ser iberista contra a Europa da Santa Aliança

Por mim, continuo ainda com o sentimento de Antero, o iberista que acabou militante

da Liga Patriótica do Norte, antes de aderir ao povo dos suicidas, no banco do jardim do Convento da Esperança, olhando uma nesga do Atlântico, por entre as brumas da ilha natal.

Apenas recordo a lição histórica de Agostinho da Silva que, não deixando de ser iberista, apenas dizia que a profunda razão de 1640 foi o projecto Brasil. Por mim, tanto não quero Aljubarrota, como não me apetece Alcácer Quibir.

Prefiro a regeneração de 1820, mesmo que tenha de sustentar-se no tratado de 1834, com que o regente D. Pedro conseguiu garantir a nossa independência na Europa da Santa Aliança, desde que lhe juntemos um pouco da manha dos nossos agentes diplomáticos de 1648, que preferiram a aliança com os pequenos reinos protestantes da Europa, em cujas tendas observámos o acorrido de Vestefália, quando a ONU da altura, representada pelo Vaticano, ainda era instrumento dos Habsburgos.

Uma identidade em crise?

Julgo que, por enquanto, talvez não seja necessário pedir a adesão ao federal Reino Unido da armilar, incluindo os futuros cem milhões de africanos que, daqui a poucas décadas, falarão a língua de Saramago.

Continuarei a lutar para que não se perca a herculana vontade de sermos portugueses com independência política e não apenas cultural, para regenerarmos esta pátria que tem de continuar a ser liberdadeira.

Crise é quando não sabemos para onde caminhar, recusando olhar para dentro... Estamos fartos do crescer quantitativo que, por preconceito ideológico, herdeiro do despotismo iluminado, decreta ter o monopólio do verdadeiramente científico...

O complexo da exiguidade

Quando uma pretensa “Realpolitik” nos visualiza de forma mercantilista, esgotando os poderes políticos em uma ou duas companhias majestáticas, ficamos reduzidos à exiguidade de quem dá combate num campo aberto face a forças adversas de maiores poderes...prefiro lutar sem estádão...

O mal do estádão em Portugal continua a ser o da mania das grandezas, dito megalomania... E, na prática, a teoria continua a ser outra... Porque dessas boas intenções, continua o inferno cheio...

Os defensores do nacional-capitalismo querem também continuar a nacionalizar os lucros e privatizar os prejuízos. Isto é, querem um capitalismo socialista de Estado, desde que a espada do poder por eles seja manipulada, sem que haja balança. Preferem o neofeudalismo patrimonialista ao racional-normativo e nem sequer sabem do que é axiológico.

A legitimidade segundo as perspectivas

Algumas comparações históricas retrospectivas, nomeadamente com um episódio da guerra dos Cem Anos, onde se inseriu Aljubarrota, não reparam, muitas vezes, como os portugueses que estiveram ao lado do rei de Castela contra o Mestre serviam o contrato imposto pelo rei D. Fernando no Pacto de Salvaterra. Isto é, serviam os decretinos superiores interesses do Estado contra quem qualificavam como doidinhos e rebeldes...

“ [...] 1640 revela que houve uma estratégia nacional de independência, misturando a massa crítica (população, mais território, mais economia, mais força militar) com a vontade de sermos independentes, o tal factor intangível que pode fazer das fraquezas forças e que evita que as potencialidades se tornem vulnerabilidades. ”

Aljubarrota não foi Portugal contra a Espanha. Foi a nova legitimidade da futura segunda dinastia, desencadeada pelos burgueses de Lisboa, contra a feudalidade da formal rainha de Portugal, D. Beatriz, casada com o rei de Castela e com muitos do Portugal antigo ao lado. Jogámos na balança da Europa de então, escolhendo aliados, contra os adversários que integravam adversários cá de dentro e acrescento que a designação de traidor só acontece se os que se levantarem contra os traidores vencerem...

Miguel de Vasconcelos também era formalmente um legítimo gestor dos negócios públicos antes de 1 de Dezembro de 1640. Tal como o conde de Andeiro, antes da revolta dos capitalistas e negociantes de Lisboa, comandados por Álvaro Pais...

Antes António Vieira

Portugal está como em 22 de Abril de 1834: um arrabalde da Europa que tem a independência permitida pelo directório que comanda a balança. Não somos a Grécia, isolada nos Balcãs. Temos o destino que tiver a Espanha, não a podemos incomodar. A nova fórmula desse tratado torna inútil qualquer Patuleia, porque, mesmo que o povo se revoltasse, haveria sempre uma Convenção do Gramido (da geofinança) a ocupar-nos...

E europeísmo por europeísmo, prefiro a bandeira do padre Vieira e por isso me passeio sempre pela viagem de mil e quinhentos, quando a armada de Pedro Álvares Cabral carimbou o registo visível da descoberta, antes de rumar ao subcontinente indiano e de deixar o estabelecimento dos portugueses na antiga feitoria chinesa.

Porque, na altura, com os flexíveis navios que tínhamos recebido de um verdadeiro choque tecnológico, conseguimos o “abraço armilar”, permitindo que o rei de Portugal e dos Algarves fosse senhor do comércio e da navegação e não dono do estádão, seus domínios e conquistas, contra a geometria habsburguiana da monarquia única de Carlos V que, em 1580, nos apoucou e abocanhou.

O Atlântico Moreno

Quero apenas concluir que tanto o Estado como a soberania foram os dois principais inimigos do sonho português. E recordo como os “greatpowers” da história nunca tiveram essas algemas: o imperialismo democrático ateniense de Péricles; a “respublica” romana; os projectos de Alexandre executados por portugueses e britânicos; ou o mais recente regresso da república imperial norte-americana aos modelos dos senhorios manuelinos do comércio e da navegação.

Porque todos eles foram anti-absolutistas, contra os absolutismos de monarcas, de partidos ou do próprio povo, resistindo em poliarquia. E penso-o, principalmente, nesta loucura teórica do desespero do estádão, dito de esquerda ou de direita, quando elas se transformam em mera hemiplegias mentais, para citar

Ortega y Gasset, que residiu oficialmente na Avenida 5 de Outubro.

Por isso, mantenho-me como cidadão do Reino Unido da esfera armar, e quase me apetece voltar a pedir a integração da república portuguesa nos Estados Unidos do Atlântico Moreno, com Cabo Verde e Angola, mas com a capital no Rio de Janeiro.

Porque me recordo que foram os brasileiros que fizeram regressar Luanda a este triângulo estratégico. Porque me apetece saudar José Bonifácio, o padre António Vieira e D. Pedro I, que foi o nosso D. Pedro IV, e que aos dois deu a mesma constituição da democracia da sociedade civil.

O Direito de Resistência ou a rescisão por justa causa

Continua a faltar-nos um manual da memória estratégica do Portugal Universal. Sobretudo, para recordar o lema que D. João II entregou ao futuro cunhado, quando lhe deu a armar como símbolo: “spera, sphaera, sperança”. Ou o plano estabelecido logo a seguir a 1640, visando a mudança da capital para o Rio de Janeiro. Mas também para assinalar a jogada dos portugueses da terra de Salvador Correia de Sá para reconquistarem Angola, fundando uma nova São Paulo que agora apenas se conhece pela terminação “de Luanda”. E acima de tudo, a memória do José Bonifácio, o tal agente militar do Conselho Conservador que integrou um batalhão académico que resistiu a Junot. Porque sem a independência de Bonifácio não poderia continuar a América Portuguesa, sob o nome de Brasil. Claro que me apeteceu sonhar. Por exemplo, na criação de um Instituto, ou numa Fundação, dita José Bonifácio de Andrade e Silva, visando a memória do abraço armar e do reino unido que transformou o símbolo em binacional. Ou para a elaboração de uma história estratégica luso-brasileira, onde se recolhessem estes heterodoxos que nos dão saudades de futuro. Portugal nunca perdeu a independência durante os 60 anos de reinado dos Filipes, onde os Habsburgos, descendentes de Carlos V, legalmente eleitos reis de Portugal, por deliberação das Cortes de Tomar, nos integraram num império europeu que também abrangia parte fundamental daquilo que é hoje a União Europeia, incluindo Bruxelas. Em 1640 apenas houve uma rescisão por justa causa e a criação de um movimento que nos fez eleger um novo rei, num processo paralelo ao que ocorreu na-

quilo a que hoje chamamos Holanda. Isto é, a independência deriva mais de factores internos que de ameaças externas. E seria estúpido que continuássemos a antiquada perspectiva que coloca o independentismo português como mera consequência da ameaça espanholista, fazendo revisionismos históricos. A Espanha voltou a ser uma pluralidade de Espanhas e a melhor forma de as compreendermos está em reconhecermos que se está a dar uma espécie de portugalização do Estado espanhol, como antevia Miguel de Unamuno, dado que se estão a libertar as energias das nações proibidas pelo absolutismo de Madrid, marcado pela política de Olivares.

Reinventar um iberismo parte de uma república universal

Eu que me considero um europeísta, adepto do divisão dos imperialismos frustrados que nos geraram a Europa da hierarquia das potências, para que se possa atingir a unidade na diversidade da Europa das libertações nacionais, não posso deixar de ser um adepto da união ibérica, sob a forma de uma aliança peninsular que passe por Madrid, Barcelona, Bilbao, Sevilha, Santiago de Compostela e Valência, embora sem vontade de destruir séculos de Estado espanhol. E até acredito que no espaço europeu é possível semear essa velha ideia através da Espanha juancarlista, plural e autonómica. Seria interessante que, num próximo dia 1 de Dezembro, a pudéssemos comemorar reeditando os tratados dos grandes juristas da Restauração, como Francisco Velasco Gouveia e João Pinto Ribeiro, mas demonstrando como esses textos justificadores da revogação do título de rei de Portugal à casa de Áustria se basearam em autores espanhóis da neo-escolástica, como Francisco de Vitória e Francisco Suárez, criadores de uma teoria hispânica da democracia e das liberdades nacionais. Porque o 1º de Dezembro de 1640 foi a base da actual perspectiva moderna, precursora da Regeneração de 1820. Sem 1640 não teríamos reinventado a identidade nacional, no contexto da Europa dos Estados Modernos, consagrada em Vestefália, não passando hoje de mera saudade sem presente, perdidos nas brumas de uma memória de autonomia nacional. Muitos continuam a não perceber que a independência nacional não se identifica com os conceitos de Estado e de soberania. O primeiro apenas surgiu em 1531, com Maquiavel. O segundo em 1576, com Bodin. O nosso D.

João II e o respectivo sucessor, a quem o primeiro deu a armar, preferiam os velhos mas não antiquados conceitos de república e de autonomia nacional, conforme foram consagrados na primeira Constituição portuguesa, aprovada nas Cortes de Coimbra de 1385.

E estas ideias políticas sempre conceberam as comunidades políticas como repúblicas que se poderiam integrar numa república maior. Na altura era a bela “*respublica christiana*” que permitiu a “*cosmopolis*” do Euromundo, hoje uma Nação-Estado é algo que pode e deve integrar-se num outro grande espaço, que pode ser a Europa e a própria república universal, com respeito pelo princípio da subsidiaridade e a consequente libertação nacional, assim a Europa e o mundo possam ser nações de nações e democracias de democracias.

Têm sido esta a reivindicação dos tradicionais humanismos europeus, desde o humanismo cristão ao humanismo laico, incluindo o maçónico, com a sua república de irmãos, como homens livres ou homens de boa vontade. Por mim, não vejo grande diferença entre Kant e o papa de Roma, quanto aos objectivos essenciais da vontade de independência nacional e de criação de uma república universal. Todo o nosso plural humanismo subscreve as teses de São Paulo, Marco Aurélio e Erasmo, que se conjugaram em 1640.

Um adversário designado

O chamado domínio espanhol é um conceito equívoco, como já procurei demonstrar. Têm a ver com preconceitos e fantasmas que até esquecem que o nosso Filipe I, o Filipe II de Espanha, era mais português do que espanhol, filho de uma princesa lusitana e de um belga, Carlos V. E talvez seja necessário recordar que quando chegaram a Madrid notícias do ocorrido em Lisboa no 1º de Dezembro, os madrilenos até ficaram satisfeitos e aprenderam, a partir de então, a ter que admitir, pelo menos, dois Estados na península.

Basta recordar que entre 1640 e 1668 vivemos em estado de guerra com um vizinho que era uma das principais potências militares da Europa e que não perdemos a guerra. Isto é, os vizinhos perderam a vontade de se mobilizarem para esmagar a nossa vontade.

Isto é, 1640 revela que houve uma estratégia nacional de independência, misturando a massa crítica (população, mais território, mais economia, mais força militar) com a vontade de sermos independentes, o tal factor

intangível que pode fazer das fraquezas forças e que evita que as potencialidades se tornem vulnerabilidades. Se chamarmos a isso revolta com pensamento, óptimo?

Abraçar as múltiplas pertenças

Já disse que não sou soberanista nem estadualista. A soberania pode ser entendida conforme a perspectiva de um teórico bodinista desse século XVII, um tal Miguel de Vasconcelos, que era simultaneamente soberanista e filipista, adepto de Olivares. Tal como hoje pode haver soberanistas que coloquem essa abstracção em Bruxelas, no Vaticano ou em Washington. Por mim, que sou federalista e nacionalista, prefiro a soberania divisível, para cima e para baixo. Isto é, tanto admito a transferência de parcelas dessa soberania para entidades maiores do que o Estado (p. e. para o projecto europeu ou para um Tribunal Penal Internacional), como para entidades infra-estatais (p. e. para regiões políticas).

O conceito clássico de república não pode ter medo de repúblicas maiores e menores e muito menos de coisas políticas que se passam entre os povos e as sociedades civis, naquilo a que chamamos relações transnacionais, ou trans-estaduais, assentes na autonomia das sociedades civis. Continuo mais nacionalista do que soberanista e mais federalista do que estadualista, especialmente quando não admito Estados que proibam nações ou até Estados que construam nações. Prefiro nações que dividam Estados, para permitirem repúblicas que resultem de nações, desde que possam integrar-se noutras repúblicas maiores. Como dizia Fernando Pessoa, cada nação é sempre um ponto de passagem para a supernação futura. Portugal não foi apenas fundado por D. Afonso Henriques. Foi sempre refundado pelos portugueses que o quiseram ser. E refundação, precisa-se! Não há pensamento sem pátria. Não se acede ao universal sem ser pela diferença... A identidade não exclui as várias repúblicas maiores da nossa pluralidade de pertenças... Mas, em política externa, sonhar não é fácil. O abraço armar, de que somos sinal, implica que se semeie a república maior da comunidade dos afectos, a comunidade das coisas que se amam. O século XXI pode ser o das múltiplas pertenças das repúblicas hispânicas, ibero-americanas e ibero-africanas, em regime de geometria variável, com mais povos do que cimeiras. Talvez este seja o necessário Quinto Império do poder dos sem-poder. ■